

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SAÚDE PRISIONAL
PORTARIA CONJUNTA SAD/SES nº 110, de 27 de Novembro de 2020
2ª etapa

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do Candidato:	
Numero da Identidade/Órgão expedidor /UF	Numero do CPF
Categoria Profissional:	

**COORDENADOR DE SAÚDE PRISIONAL DE ACOMPANHAMENTO DAS
CONTAS PÚBLICAS - SEDE SES/CEASP**

ATENÇÃO

Abra este Caderno, quando o Fiscal autorizar o início da Prova.

Observe se o Caderno está completo. Ele contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada para cada categoria profissional; todas elas versam sobre os conhecimentos exigidos para a função

Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.

Ao receber o Caderno de Prova, preencha nos espaços apropriados o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número do seu CPF.

Não escreva seu nome ou quaisquer dados pessoais ou sinais que permitam lhe identificar em quaisquer outras folhas deste Caderno.

Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta onde deverá escrever o seu número de CPF. Você deverá preenchê-lo e entregar juntamente com este Caderno.

O tempo destinado à Prova está dosado, de modo a realizá-la com tranquilidade

Preenchido o cartão-resposta, entregue tudo ao Fiscal, pegue os seus pertences e deixe a sala em silêncio.

BOA SORTE!

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SAÚDE PRISIONAL
2ª Etapa

CONHECIMENTOS GERAIS

1 - As normatizações legais estabelecidas na Lei nº 8080/90 são aplicadas para regular as ações e serviços de saúde em todo o território nacional brasileiro, sejam elas executadas de forma isolada ou conjunta, bem como em caráter permanente ou eventual, mediante pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. Sobre a Lei nº 8080/90 e suas disposições gerais, analise as questões e assinale a alternativa incorreta:

- a. Os níveis de saúde expressam a organização social, bem como a econômica, do País.
- b. O Artigo 5º define que constituem determinantes e condicionantes da saúde, dentre outros, alimentação; moradia; saneamento básico; meio ambiente; trabalho; renda; educação; atividade física; transporte; lazer e acesso aos bens e serviços essenciais.
- c. O Artigo 2º e seus parágrafos, referem que, apesar de o provimento da saúde constituir um dever do Estado, não estão excluídos desse dever as pessoas, a família, as empresas e a sociedade.
- d. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- e. As ações, que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, também se referem a ações de saúde.

2 - Considerando que na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, são definidas as atribuições dos entes federativos na execução das ações do Sistema Único de Saúde (SUS), é incorreto afirmar que são comuns a todos os entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios):

- a. Definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária.
- b. Elaboração e atualização periódica do plano de saúde.
- c. Participação da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente
- d. Fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial.
- e. Formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.

3 - A Lei nº 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. De acordo com o artigo 1º, o SUS, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: Conferência de Saúde e Conselho de Saúde. Diante do exposto, analise as questões e assinale a afirmativa incorreta:

- a. A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- b. As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo Conselho.
- c. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.
- d. A Conferência de Saúde reunir-se-á cada dois anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde.
- e. O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente.

4 – O Decreto nº 7.508/2011, regulamenta a Lei nº 8.080/90, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), julgue os itens abaixo:

- I. É o acordo de colaboração firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada.
- II. Definirá as responsabilidades individuais e solidárias com relação às ações e serviços de saúde, os indicadores e as metas de saúde, os critérios de avaliação de desempenho, os recursos financeiros que serão disponibilizados, a forma de controle e fiscalização da sua execução.
- III. Tem como diretrizes apenas o estabelecimento de estratégias que incorporem a avaliação do usuário das ações e dos serviços, como ferramenta de sua melhoria, e a apuração permanente das necessidades e interesses do usuário.
- IV. A humanização do atendimento do usuário não será fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde previstas no Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde.
- V. As normas de elaboração e fluxos do Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde serão pactuados pelo CIT, cabendo às Secretarias de Saúde Municipais coordenar a sua implementação.

Está(ão) correta(s):

- a. Apenas II, III, IV e V.
- b. Apenas I e II.
- c. Apenas II, III e V.
- d. Apenas II e III.
- e. I, II, III, IV e V.

5 - Refletindo sobre o conceito de Redes de Atenção à Saúde (RAS), definido pelo Decreto nº 7.508/2011 e portarias ministeriais, tem-se a afirmativa que se o sistema não for resolutivo em todas as suas etapas, como na atenção básica e especializada, fatalmente o doente vai esbarrar nas grandes emergências. Sobre as RAS, analise as questões a seguir e assinale a alternativa incorreta:

- a. A integralidade da assistência à saúde deve se iniciar e se completar nas Redes de Atenção à Saúde.
- b. O referenciamento do usuário, necessário para a garantia da continuidade do cuidado, pode ser feito na rede regional e interestadual, desde que pactuado na Comissão Intergestores.
- c. No Sistema Único de Saúde, têm sido instituídas RAS de áreas específicas, como de atenção psicossocial e da pessoa com deficiência.
- d. A RAS de Atenção Básica é formada por todas as unidades de saúde da família do país.
- e. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), independente do tipo, participam da Rede de Atenção Psicossocial.

6 - O nosso Sistema Único de Saúde (SUS) com certa frequência passa por transformações através de Leis, Portarias e Decretos, com o intuito de melhorar a oferta de serviços aos cidadãos brasileiros. No dia 21 de setembro de 2017, foi decretada a Portaria nº 2436/2017, revogando a Portaria nº 2488/2011, ambas referentes à Política Nacional da Atenção Básica (PNAB). Assinale a alternativa que se refere ao conceito da Atenção Básica, contido na nova PNAB:

- a. É o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade epidemiológica.
- b. É o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão não qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.
- c. Caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.
- d. É o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.
- e. Regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

7 - A Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), define em seu Artigo 8º que:

- a. Os serviços de saúde nas unidades prisionais serão estruturados como pontos de atenção da RAS.
- b. O monitoramento e a avaliação dos serviços, das equipes e das ações de saúde serão realizados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça por meio da inserção de dados, informações e documentos nos sistemas de informação da atenção à saúde.
- c. Os trabalhadores em serviços penais, os familiares e demais pessoas que se relacionam com as pessoas privadas de liberdade serão envolvidos em ações de promoção da saúde e de prevenção de agravos no âmbito da PNAISP.
- d. As ações de saúde serão ofertadas por serviços e equipes interdisciplinares, definidas como Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP).
- e. As pessoas privadas de liberdade poderão trabalhar nos serviços de saúde implantados dentro das unidades prisionais, nos programas de educação e promoção da saúde e nos programas de apoio aos serviços de saúde.

8 - A Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2014, institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece, em seu Art. 14, que a adesão municipal à PNAISP será facultativa, devendo ser observados critérios. De acordo com o apresentado, assinale a opção que não corresponde a critérios estabelecidos:

- a. Adesão estadual à PNAISP.
- b. Assinatura do Termo de Adesão Municipal.
- c. Existência de população privada de liberdade em seu território.
- d. Elaboração de Plano de Ação Estadual para Atenção à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade.
- e. Encaminhamento da respectiva documentação ao Ministério da Saúde para aprovação.

9 - Para orientar a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 482, em 02 de abril de 2014, onde nesta estão definidas normas. De acordo com esta Portaria, julgue os itens abaixo:

I. A Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo I (EABp-I) é formada por 5 profissionais (enfermeiro, médico, técnico ou auxiliar de enfermagem, cirurgião-dentista e técnico ou auxiliar de saúde bucal), com carga horária de seis horas semanais.

II. Comparando a Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo II com Saúde Mental (EABp-II com Saúde Mental) com a Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo III (EABp-III), existe diferença na carga horária semanal que deve ser cumprida por cada uma destas modalidades de equipe.

III. A Equipe de Atenção Básica Prisional Tipo II com Saúde Mental (EABp-II com Saúde Mental) é formada por 11 profissionais: cinco profissionais das mesmas categorias profissionais da Estratégia Saúde da Família (enfermeiro, médico, técnico ou auxiliar de enfermagem, cirurgião-dentista e técnico ou auxiliar de saúde bucal), somados a um psiquiatra ou um médico com experiência em Saúde Mental, um psicólogo, um assistente social e três profissionais escolhidos entre as seguintes categorias: terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, nutricionista, cirurgião-dentista, farmacêutico, assistente social ou enfermeiro, com carga horária de vinte horas semanais.

IV. Os serviços de saúde nos estabelecimentos prisionais serão conformados de acordo com a população prisional e o funcionamento dos serviços. As unidades prisionais que contenham de 500 (quinhentos) a 1200 (um mil e duzentos) custodiados, terão serviço de saúde com funcionamento mínimo de 30 (trinta) horas semanais.

Está(ão) correta(s):

- a. I e II, apenas.
- b. II e III, apenas.
- c. I, II, III e IV.
- d. II, III e IV, apenas.
- e. I, II e III, apenas.

10 - Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para a implementação da Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), no âmbito da PNAISP, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 95, de 14 de janeiro de 2014. Segundo esta Portaria, haverá suspensão do repasse do incentivo nos casos em que for constatada as seguintes situações:

- I - Descumprimento da carga horária mínima definida pelo gestor para os profissionais do serviço.
- II - Ausência, por um período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, de qualquer um dos profissionais que compõem o serviço habilitado
- III - Ausência de alimentação de dados no sistema de informação definido pelo Ministério da Saúde por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Está(ão) correta(s):

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. III, apenas.
- d. I e II, apenas.
- e. II e III, apenas.

11 - Sobre a Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) e o Serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, instituídos pelo Ministério da Saúde, analise as afirmativas abaixo:

- I. Deve ser constituído por equipe interdisciplinar, composta por 05 (cinco) profissionais, sendo: um enfermeiro, um médico psiquiatra ou médico com experiência em saúde mental, um psicólogo, um assistente social e um profissional com formação em ciências humanas, sociais ou da saúde.
- II. Os procedimentos da EAP terão exclusivamente caráter de agendamento regulado e serão requisitados: pela Coordenação da PNAISP, em âmbitos estadual ou local; pela equipe de saúde no sistema prisional (ESP); por determinação judicial; por requerimento apresentado pelo Ministério Público ou representante da pessoa beneficiária; por iniciativa dos serviços de referência para realização do Projeto Terapêutico Singular ou da própria EAP.
- III. As avaliações decorrentes dos incidentes de insanidade mental deverão respeitar o caráter de urgência e as singularidades de cada caso, não podendo exceder a 20 (vinte) dias, a contar da data da sua instauração.
- IV. Ministério da Saúde suspenderá o repasse do incentivo financeiro para custeio deste serviço se for constatada a ausência, por um período superior a 60 (sessenta) dias, de qualquer um dos profissionais que compõem o serviço habilitado.
- V. São exigidos apenas dois critérios básicos para habilitar o serviço: apresentar Termo de Adesão e Apresentar Plano de Ação para estratégia para redirecionamento dos modelos de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, ambos elaborados de acordo com o modelo constante nos anexos I e II, respectivamente, da Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014.

Está(ão) correta(s):

- a. Todas.
- b. Apenas quatro.
- c. Apenas três.
- d. Apenas duas.
- e. Apenas uma.

12 - Para a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), foram definidas competências para cada ente federativo. Sobre este assunto, associe os entes federativos (coluna 01) com as competências propostas (coluna 02).

Coluna 01	Coluna 02
1. Ministério da Saúde	() Apoiar e fomentar a realização de pesquisas consideradas estratégicas no contexto da PNAISP.
2. Ministério da Justiça	() Elaborar e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
3. Secretarias Estaduais de Saúde	() Prestar assessoria técnica e apoio institucional no processo de gestão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação da PNAISP
4. Secretarias Estaduais de Justiça, Administração Penitenciária ou congêneres	() Considerar estratégias de humanização que atendam aos determinantes da saúde na construção e na adequação dos espaços das unidades prisionais
5. Secretarias Municipais de Saúde	() Elaborar e divulgar normas técnicas sobre segurança para os profissionais de saúde dentro dos estabelecimentos penais

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

- 3 – 1 – 5 – 2 – 4
- 5 – 3 – 1 – 4 – 2
- 4 – 5 – 3 – 1 – 2
- 1 – 5 – 3 – 4 – 2
- 2 – 3 – 1 – 2 – 5

13 - Considerando a Portaria nº 2.765, de 12 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas para financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP, analise as seguintes afirmativas e coloque V nas verdadeiras e F nas falsas.

- () O financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP é de responsabilidade do Ministério da Saúde.
- () A execução das ações e serviços de saúde referentes ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP é centralizada, sendo de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.
- () O Ministério da Saúde repassará, por meio do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, em parcelas mensais, os recursos financeiros destinados à execução das ações e serviços de saúde referentes ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP.
- () Para execução das ações e serviços de saúde referentes ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP, compete as Secretarias de Saúde, dos Estados e do Distrito Federal ou, quando pactuado na CIB, dos Municípios: selecionar, programar, adquirir, armazenar, controlar os estoques e prazos de validade e distribuir e dispensar os medicamentos e insumos.
- () Para a gestão do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da PNAISP, o Ministério da Saúde disponibilizará o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) e o e-SUS.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- V-F-F-V-F
- F-F-V-F-F
- V-V-F-F-V
- V-F-F-V-V
- F-F-V-V-F

14 - A Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) foi criada com o objetivo de reformular as práticas no sistema prisional, contribuindo para garantia dos direitos das mulheres. Analise abaixo as proposições da PNAMPE:

I - As unidades prisionais deverão providenciar a documentação civil básica que permita acesso das mulheres, inclusive das estrangeiras, à educação e ao trabalho.

II - O MS prestará apoio técnico e financeiro aos órgãos estaduais de administração prisional, com ênfase na área de saúde, priorizando o aparelhamento de centros de referência à saúde materno-infantil, bem como articulações voltadas à garantia da saúde da mulher presa.

III - O Comitê Gestor realizará reuniões mensais, podendo ser convocada reunião extraordinária pela coordenação. A coordenação do Comitê Gestor deve ser exercida por um representante da Comissão Especial do Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal indicado pelo DEPEN, e um representante da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

IV - O incentivo à construção e adaptação de unidades prisionais para o público feminino, exclusivas, regionalizadas e que observem o disposto pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) representa uma das metas da PNAMPE.

Assinale a alternativa que contempla o quantitativo de proposições corretas:

- a. Nenhuma
- b. Uma
- c. Duas
- d. Três
- e. Quatro

15 - Sobre a Portaria nº 2436/2017, quanto ao Capítulo I – das Responsabilidades das esferas de governo, as quais estão contidas na nova Política Nacional da Atenção Básica, relacione corretamente:

- 1. Comum a todas esferas de governo
- 2. União
- 3. Estados e Distrito Federal
- 4. Municípios

() Fortalecer a Estratégia Saúde da Família na rede de serviços como a estratégia prioritária de organização da Atenção Básica.

() Organizar o fluxo de pessoas, inserindo-as em linhas de cuidado, instituindo e garantindo os fluxos definidos na RAS entre os diversos pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas, integrados por serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado.

() Divulgar as informações e os resultados alcançados pelas equipes que atuam na Atenção Básica, estimulando a utilização dos dados para o planejamento das ações.

() Articular com o Ministério da Educação estratégias de indução às mudanças curriculares nos cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde, visando à formação de profissionais e gestores com perfil adequado à Atenção Básica.

() Garantir provimento e estratégias de fixação de profissionais de saúde para a Atenção Básica com vistas a promover ofertas de cuidado e o vínculo.

() Garantir a infraestrutura adequada e com boas condições para o funcionamento das UBS, garantindo espaço, mobiliário e equipamentos, além de acessibilidade de pessoas com deficiência.

() Programar as ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial de acordo com as necessidades de saúde identificadas em sua população, utilizando instrumento de programação nacional vigente.

A sequência correta é:

- a. 3-4-1-2-1-1-4
- b. 4-3-1-2-3-4-1
- c. 3-4-1-1-2-2-3
- d. 4-2-3-1-1-2-4
- e. 3-2-4-1-3-4-3

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 - A edificação de um complexo de unidades prisionais em determinado município, a ser contratada por um estado da Federação, pode se dar mediante:

- a. Contratação de uma Parceria-Público Privada, na modalidade de concessão administrativa, iniciando-se o pagamento das contraprestações tão logo seja entregue a obra.
- b. Contratação de uma concessão comum, regida pela Lei nº 8.987/1995, considerando que é permitida ao concessionário a exploração de receitas acessórias.
- c. Licitação e contratação pela Lei nº 8.666/1993, que admite a constituição de objeto único, na medida em que se trata de um complexo integrado, o que permite a publicação do edital contendo elementos de projeto básico, este que será desenvolvido e executado pelo vencedor.
- d. Licitação e contratações regidas pela Lei nº 8.666/1993, não sendo permitido que todas as edificações integrem o mesmo objeto, cabendo a divisão da obra em lotes.
- e. Contratação pelo regime diferenciado de contratações, na modalidade de empreitada por preço global.

17 - Os atos administrativos têm atributos que os distinguem de outros atos jurídicos. Dentre esses atributos, analise as questões a seguir e assinale a alternativa correta:

- a. Presunção de legitimidade está presente apenas nos atos administrativos vinculados, porque estes são editados nos estritos termos da lei.
- b. Imperatividade confere aos atos administrativos a prerrogativa de serem executados independentemente de decisão judicial, desde que se trate de atos discricionários, pois os atos vinculados são obrigatórios por força de lei.
- c. Imperatividade significa que a Administração não depende de ordem judicial para execução de suas decisões, o que não exclui esses atos do âmbito do controle judicial.
- d. Tipicidade confere aos atos elencados na legislação o poder de serem executados diretamente pela Administração, independentemente do tipo e natureza dos mesmos.
- e. Presunção de veracidade não afasta a possibilidade do ato administrativo que está produzindo efeitos ser invalidado diante da comprovação de que seu objeto ou conteúdo não são aderentes aos fatos.

18 - Quanto à eventual possibilidade de fungibilidade das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993, tem-se que:

- a. A modalidade pregão, presencial ou eletrônico, poderá ser utilizada em substituição às demais modalidades previstas para contratação de obras, independentemente do valor, desde que de natureza comum.
- b. Admite-se a substituição da modalidade concorrência pública pela modalidade pregão para alienação de bens móveis inservíveis.
- c. É viável a adoção da modalidade convite, alternativamente à concorrência pública, para contratação de serviços com valor estimado acima de R\$ 650.000,00, vedada a tomada de preços.
- d. É sempre possível adotar a modalidade concorrência pública, independentemente do valor estimado para a contratação de obras ou serviços, em substituição às modalidades tomada de preços ou convite.
- e. A modalidade concurso, cabível para a contratação de projetos, pode ser substituída por convite, independentemente do valor, sempre que houver menos de 3 potenciais licitantes.

19 - Analise as sentenças abaixo e coloque V nas verdadeiras e F nas falsas. Segundo a Constituição, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- () cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- () incapacidade civil absoluta.
- () condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta.

- a. V – V – V
- b. F – F – F
- c. V – F – V
- d. F – V – F
- e. V – F – F

20 - Sobre a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, analise as afirmativas abaixo:

I. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Federal.

II. Segundo o Art. 8º, o recrutamento do pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação;

III. A remuneração do pessoal contratado será fixada em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de carreira ou dos quadros de cargos e vencimentos do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, conforme consta em seu Art. 6º.

IV. Nos termos desta lei, pode-se considerar necessidade temporária excepcional interesse público a assistência a emergências em saúde pública, admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro, prestação de serviço braçal de plantio, colheita e distribuição, em áreas de pesquisas agropecuárias e execução de obras ou serviços de construção, conservação ou reparos.

Estão corretas:

- a. Nenhuma das alternativas
- b. Apenas 01 (uma) alternativa
- c. Apenas 02 (duas) alternativas
- d. Apenas 03 (três) três alternativas
- e. Todas as alternativas